



40 anos
UnB à frente!

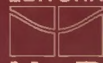
Lauro Morhy
organizador geral

Volume 2

Brasil em Questão

A Universidade e a
Eleição Presidencial

EDITORA



UnB

Ao longo de 2002 quando comemora seus quarenta anos, a UnB convidou toda a sociedade brasileira a participar do amplo debate preparatório à escolha do dirigente da Nação. Para tanto, foi instalado, em fevereiro de 2002, o Fórum *Brasil em Questão*, com o objetivo de estimular a troca de idéias sobre propostas e ações indispensáveis à superação dos grandes desafios nacionais.

Brasil em Questão foi concebido em dois períodos distintos. A primeira etapa, de fevereiro a julho, foi o momento de discussão sobre onze questões-chave da agenda do País. O resultado deste amplo esforço foi apresentado à sociedade em agosto de 2002, com o lançamento do primeiro volume do livro *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial*. Já a segunda etapa do Fórum *Brasil em Questão*, realizada entre os meses de agosto e setembro, buscou ampliar a visibilidade do debate entre a sociedade brasileira e os candidatos à Presidência da República. Para tanto, vieram à UnB em momentos distintos

Volume 2

Brasil em Questão

A Universidade e a
Eleição Presidencial

Fernando Henrique Cardoso
Presidente da República

Paulo Renato Souza
Ministro da Educação

Francisco César de Sá Barreto
Secretário de Educação Superior

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Conselho Diretor

Lauro Morhy – Presidente
Antônio C. de Matos Paiva
Carlos Alberto Rodrigues da Cunha
Carolina Martuscelli Bori
Flávio Rabelo Versiani
Inocência Mártires Coelho
Gileno Fernandes Marcelino
Jacques Rocha Velloso

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: *Lauro Morhy*
Vice-Reitor: *Timothy Martin Mulholland*
Decano de Ensino de Graduação: *Michelângelo Giotto S. Trigueiro*
Decana de Pesquisa e Pós-Graduação: *Noraí Romeu Rocco*
Decana de Extensão: *Dóris Santos de Faria*
Decano de Administração e Finanças: *Érico Paulo Siegmar Weidle*
Decana de Assuntos Comunitários: *Thérèse Hofmann Gatti*
Laboratório de Estudos do Futuro: *Henrique de Sousa Novaes*
Assessoria de Assuntos Internacionais: *José Flávio Sombra Saraiva*
Assessoria de Comunicação: *Rodrigo Caetano*



Volume 2

Brasil em Questão

A Universidade e a
Eleição Presidencial

Organizador Geral

Lauro Morhy

Co-organizadores

Marcos Formiga

Regina Marques

Adler Andrade

Tânia Costa

Universidade de Brasília

Laboratório de Estudos do Futuro/Gabinete do Reitor

Editora Universidade de Brasília

2002

Editores responsáveis: Regina Marques

Tânia Costa

Adler Andrade

EQUIPE EDITORIAL

PROF.ª DR.ª WÂNIA DE ARAGÃO-COSTA E BEL.ª CARMEM GALVÃO (Preparação de Originais e Revisão)

FERNANDO BRANDÃO E FRANKLIN CRUZ (Editoração Eletrônica)

FORMATOS DESIGN GRÁFICO (Projeto Gráfico)

FORMATOS DESIGN GRÁFICO (Capa e Aberturas sobre ilustrações de Richard Cook- *Getty Images*)

Degração e Transcrição: Tânia Costa e Regina Marques

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Central da Universidade de Brasília

B823 Brasil em questão 2: a universidade e a eleição presiden-
 cial / Lauro Morhy (organizador). – Brasília : Universi-
 dade de Brasília, Laboratório de Estudos do Futuro :
 Editora Universidade de Brasília, 2002.
 264p.

ISBN 85-230-0705-8

1. Política – Brasil. 2. Cidadania. 3. Universidade.
4. Eleição presidencial – Brasil. I. Morhy, Lauro
(organizador)

CDU – 32(81)

324(81)

342.71

Sumário

APRESENTAÇÃO

Lauro Morhy 9

Parte I

Discursos e Respostas Fórum *Brasil em Questão*

07 de agosto Ciro Gomes 15

14 de agosto Anthony Garotinho 63

04 de setembro Luiz Inácio Lula da Silva 97

Parte II

Respostas Fórum *Brasil em Questão*

José Serra 141

José Maria de Almeida 159

Rui Costa Pimenta 181

Parte III

Contribuições Fórum *Brasil em Questão*

Documento da ANDIFES
Associação Nacional dos Dirigentes das
Instituições Federais de Ensino Superior 201

Proposições da ABMES Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior	207
Carta da ABED Associação Brasileira de Educação a Distância	229
Contribuição da ABRUEM Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais	233
Carta de São Paulo 4º Congresso Nacional de Educação – CONED Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública	247



Discurso e Respostas Fórum *Brasil em Questão*

07 de agosto
Ciro Gomes

14 de agosto
Anthony Garotinho

04 de setembro
**Luiz Inácio Lula
da Silva**

Parte I

Discursos e respostas

Luiz Inácio Lula da Silva

Cumprimento os estudantes, os funcionários e professores da UnB, dando os parabéns pela realização desta série de debates com os candidatos à Presidência da República. Agradeço, especialmente, ao Reitor Lauro Morhy, ao Vice-Reitor Timothy Mulhohand, e ao mediador deste debate e coordenador do Departamento de História da UnB, Antônio Barbosa. Agradeço, também, a presença de meu companheiro, ex-reitor desta Universidade e candidato ao Senado, Cristovam Buarque, bem como de meu companheiro e candidato ao Governo do Distrito Federal, Geraldo Magela. Não poderia deixar, ainda, de apresentar o meu companheiro Newton Lima, prefeito da cidade de São Carlos, em São Paulo, e ex-reitor da Universidade de São Carlos. Newton Lima foi o coordenador do nosso projeto de Educação para esta campanha.

O PT conseguiu fazer uma grande inovação na política brasileira. Ao se analisar a história política brasileira, percebe-se que, no Brasil, não havia o hábito dos candidatos à Presidência da República apresentarem suas propostas de programa de governo. E o PT conseguiu introduzir essa

Luiz Inácio Lula da Silva é candidato à Presidência da República pela Coligação “Lula Presidente” (PT / PL / PC do B / PMN / PCB).

* O debate teve como moderador o professor Antônio Barbosa do Departamento de História da UnB.

extraordinária inovação, como resposta, primeiro, àqueles que diziam que o PT não tinha competência para governar o Brasil, que o Lula não estava preparado para governar o Brasil. Assim, em 1982, na campanha para o governo do Estado de São Paulo, apresentamos um programa de governo com começo, meio e fim. A partir de então, os outros candidatos, muito contra a vontade, foram obrigados a produzir programas de governo.

Mas a novidade não se resume à elaboração de um programa de governo. Afinal, para fazer um programa de governo, bastaria contratar uma pesquisa, selecionar dez ou doze pontos que nela são destacados e apresentar um programa de governo. Ou seja, hoje deve haver até indústria de produção de programa de governo neste País. O que nós mudamos? Nós introduzimos na elaboração de programa de governo a participação popular, pois queríamos que nosso programa de governo não fosse uma proposta do PT para a sociedade, mas que fosse uma proposta da própria sociedade para o Brasil.

Começamos, então, a ouvir a sociedade. Construimos a base do nosso programa através do Instituto Cidadania, viajando por todo o Brasil e ouvindo os mais diferentes segmentos da sociedade. Construimos, assim, alguns projetos que são grandes novidades na política nacional. Por exemplo: fomos o primeiro partido político a apresentar para a sociedade brasileira um programa de segurança pública, pensando-a de forma global e redefinindo, ainda, o papel da União, dos Estados e dos municípios, bem como o próprio papel da sociedade no combate ao crime e à violência.

Produzimos, também, um projeto de moradia. O Sistema Financeiro de Habitação (SFH) tem, nos últimos 10 ou 12

anos, menos um projeto habitacional e mais um projeto de tirar os pobres dos centros das grandes cidades. Normalmente, as casinhas são construídas a 15 ou 20 quilômetros do centro da cidade; e, em geral, são casinhas de 32 metros quadrados, com o mesmo tipo de telhado, janela, porta e portão. Há, também, uma falta de respeito à dignidade humana: na cozinha, ao se colocar a geladeira, tem que tirar o fogão; no quarto, quando entra o homem, tem que sair a mulher; quando coloca o guarda-roupa, tem que tirar a cama. No nosso projeto qual é a diferença? É que não pensamos apenas a casa, mas pensamos a cidade: uma casa precisa de escola, de transporte, de saúde, de lazer, de cultura, de esporte. O nosso projeto pensa uma nova cidade; pensa em como ocupar a totalidade de uma determinada área, criando não apenas a casa, mas as condições das pessoas viverem com dignidade.

Depois do Projeto Moradia, fizemos o projeto de combate á fome. Acredito que nenhum dos funcionários, professores, ou estudantes desta Universidade, ou dos convidados que estão aqui, dorme tranquilo sabendo que neste país imenso há 43 milhões de mulheres, homens e crianças que não conseguem consumir as calorias e as proteínas necessárias à sobrevivência humana. E não é por falta de alimentos, pois o Brasil produz *per capita* a quantidade de alimento necessária para toda a sociedade brasileira. É por falta de renda que as pessoas não conseguem comprar a sua alimentação adequada. Por isso é que apresentamos um projeto de combate á fome que vai desde as reformas estruturais, incluindo mudanças no modelo econômico, até medidas que podem incluir a distribuição de cupons e cestas básicas, assim como a definição de uma política de renda mínima. O dado concreto é que só vamos

resolver o problema da fome definitivamente no dia em que criarmos as condições para que cada homem e cada mulher deste País viva às custas de sua capacidade de trabalhar.

Desenvolvemos, também, um projeto para a energia elétrica no Brasil, cuja situação, nessa área, pode ser mais grave do que pensamos. O Brasil precisa construir hidroelétricas para atender o crescimento da demanda no quadro de crescimento da economia atual. Nosso país precisa produzir 3.500 MWATTS por ano, o que significa um custo de 10 bilhões de Reais. No orçamento que o Presidente Fernando Henrique Cardoso mandou para o Congresso Nacional, contudo, só tem 7 bilhões e 800 milhões para investimentos. Este país não foi pensado, e por isso fizemos um plano para esse país.

Por último, fizemos o projeto “Uma escola do tamanho do Brasil”, para resolver definitivamente o problema de Educação com o seguinte princípio: Educação não pode ser analisada como custo; deve ser analisada como investimento que tem retorno num prazo extraordinário. O mesmo governo que tem dinheiro para financiar a vinda de uma multinacional para o Brasil, tem que ter coragem de financiar crédito educativo para os pobres deste país, que não podem pagar uma universidade particular e não conseguem entrar numa universidade pública. Da mesma forma que o governo paga juros da dívida externa ou interna, deve investir em pesquisa e tecnologia para que o Brasil se transforme em um país altamente competitivo. Não é possível que a universidade pública brasileira continue sendo um nicho de privilégio; é preciso sentar em torno de uma mesa, companheiros professores e reitores, junto com o governo e com os estudantes, para tomarmos a decisão de ampliar as vagas nas universidades públicas deste país.

Tudo que falei para vocês resultou no nosso programa de governo, que está destrinchado por áreas específicas. Vamos lançar, ainda, o programa de cooperativa de crédito, de meio ambiente e de saúde. Essas propostas têm como eixo principal a retomada do crescimento da economia e a geração de empregos para nosso povo.

Venho da Bahia e lá, para cada dois jovens que se formam na universidade, apenas um consegue emprego. Fico imaginando na periferia de Salvador, de Brasília e de São Paulo, quantos milhares e milhares de jovens não tiveram a oportunidade de chegar à universidade e a dificuldade que eles têm de conseguir o primeiro emprego. E se não oferecermos a esta juventude a oportunidade de trabalhar, de estudar, de ter acesso à cultura, ao lazer e ao esporte, estaremos entregando de graça esse jovem para o narcotráfico ou para o crime organizado. É preciso ter consciência de que os reais que não forem investidos na Educação, vamos ter que investir na polícia ou na construção de cadeias, em um futuro muito próximo. Então é melhor investir já para criar cidadãos que tenham na cabeça um projeto para ajudar a construir o nosso país.

Para que se possa executar um programa desse, temos algumas reformas que serão feitas de forma diferente. Ou seja, habitualmente os ministros de cada área começam com seus técnicos a elaborar as propostas para esse país. Nós vamos mudar. Os nossos ministros vão ter que aprender que muitas vezes ouvir é mais importante ouvir do que falar. Então, em determinados momentos, as pessoas terão que ter menos bocas e mais ouvidos para ouvir aquilo que a sociedade brasileira quer como principais reformas, a começar com a tão sonhada

reforma tributária que todo mundo fala durante 24 horas por dia e não acontece. Por quê? Não acontece porque cada segmento da sociedade tem a sua reforma dentro da cabeça, da qual ninguém quer abrir mão. E como não há um coordenador para sistematizar e fomentar um consenso para uma proposta, estamos há 10 anos com todo mundo achando que tem que ter política tributária e não temos uma política tributária. Pois bem, ao participar de um debate na CNI em junho, assumi o desafio de, no primeiro semestre do próximo ano, se eu ganhar a eleição, envolver a sociedade brasileira e apresentar uma proposta de política tributária que tenha como filosofia básica o seguinte: política tributária é uma forma de fazermos justiça social e isso significa que quem ganha mais vai ter que pagar mais para fazermos políticas públicas para quem ganha menos.

A verdade é que a carga tributária no Brasil é muito alta. Mas é muito alta para quem paga, não é muito alta para todos. Está cheio de gente que reclama da carga tributária e não paga imposto e nós achamos que para o Estado receber os impostos tem que ter a contrapartida. O cidadão honesto, chefe de família, que está com sua vida construída, tem uma pequena loja, um pequeno comércio, e até gostaria de pagar o imposto direito, quando vê na televisão que o juiz Nicolau Lalau roubou 160 milhões, que o Luís Estevão participa de maracutaia, diz que não está vendo o pagamento do imposto dele retornando em forma de benefício, em forma de melhor educação, transporte, saúde, lazer, cultura. Então ele também passa para o rol dos sonegadores, já que há setores da economia que se a pessoa pagar adequadamente vai à falência. É melhor, portanto, termos uma carga tributária menor e o

governo assumir o compromisso de ter uma grande fiscalização neste país, exigindo que as pessoas paguem, mas, ao mesmo tempo as pessoa, devolvendo o dinheiro em forma de benefício para a sociedade toda. Quando isso acontecer, não teremos maiores problemas.

Depois vamos fazer uma reforma na estrutura sindical brasileira. Os sindicalistas que estiverem aqui que se preparem, porque vai acabar aquela história de ficar só de fora criticando o governo. Vamos reunir os sindicalistas em uma mesa e dizer que não é só reivindicar, é ajudar a fazer e a construir o Brasil que precisamos sem abrir mão das suas reivindicações, é construir um novo país, e vamos precisar de uma adequação na legislação trabalhista, também de comum acordo. Quero dizer que empresários e sindicalistas vão se cansar de tanto que vamos colocá-los em mesas de negociação para resolver metade das coisas que podem ser resolvidas numa mesa de negociação sem precisar de conflito.

Um outro ponto importante é a reforma agrária. Estava no Rio de Janeiro e, falando sobre reforma agrária, estava tão eloqüente, falei tão alto, gritei tanto, berrei tanto, que quase que as minhas veias estouram. Quando desci do palanque, uma senhora de cabelos brancos aproximou-se de mim e disse: “Lula, não dá para você falar a mesma coisa mais baixinho, porque aí, Lula, eu ia entender do mesmo jeito e você poderia falar ‘eu vou fazer reforma agrária por uma questão de justiça social’; eu iria entender e não ficaria com medo de você, porque se colocarem você na televisão gritando do jeito que você gritou, quem tiver um terreno de 25 metros quadrados vai pensar que você vai tomar”. É, portanto, o jeito de falar.

Como disse já algum dias, estou na fase “Lula paz e amor”. Tenho dito aos companheiros do Movimento dos Sem Terra (MST) que vamos fazer a reforma agrária sem precisar ter uma ocupação de terra e sem qualquer violência contra o trabalhador brasileiro. Mas o problema não é apenas assentar novas pessoas; é também o fato de termos quase 4 milhões de proprietários que fazem parte da agricultura familiar e estão no campo sem estrutura para produzir, sem cooperativas, sem cooperativas, e são pessoas que foram educadas secularmente na cultura da sobrevivência. Temos que elevar um pouco o desejo do cidadão; ninguém pode se contentar em produzir apenas feijão de corda e macaxeira para comer. As pessoas têm que aprender a produzir mais e com melhor qualidade para ganhar um pouco de dinheiro, pois eles precisam ter acesso a bens materiais que produzimos. Então precisamos organizar milhares de cooperativas de produção e de crédito. Encher esse país de cooperativas de créditos para que os pequenos produtores e aqueles organizados em uma agricultura familiar possam tomar dinheiro emprestado a 2,5 % e até a juros mais baratos, e não a juros de 8,5% a 9,5%. Vamos mostrar que o país só tem jeito se mudarmos o modelo econômico. Fui em um debate na Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) e disse para o banqueiro: o Brasil só vai dar certo o dia que o lucro da produção for maior que os juros da especulação. Enquanto os juros forem maiores, este país, efetivamente, vai ficar dependendo da especulação financeira.

Uma outra reforma que vamos querer fazer é na Previdência social. Vamos respeitar os direitos adquiridos que já estão contidos na própria Constituição, que já tem decisão

do STF. O PT deseja criar para o Brasil um sistema universal de Previdência Social com aposentadoria única para servidores públicos e privados, respeitando aqueles que já estão na carreira. Teremos que criar um novo sistema para termos certeza de que a pessoa vai ter tranquilidade na sua velhice. Aposentadoria é para dar àqueles que passaram a sua vida trabalhando, e mesmo aqueles que tiveram uma impossibilidade de trabalhar, um sistema de seguridade que os proteja; e isso é da responsabilidade de todos os 170 milhões de brasileiros e não apenas deste ou daquele governo. Também isso será feito de comum acordo com a sociedade brasileira.

A outra reforma é a política. Este país só terá a sua democracia consolidada se tiver partido político forte. Neste processo eleitoral, há estados com 15 candidatos a governador. Ou seja, 80% deles estão lá sem base de sustentação, não têm partido; e é preciso termos partidos sérios, não permitindo que as pessoas troquem de partido como se estivessem trocando de casa. É preciso que tenhamos financiamento público dos partidos de uma eleição, proibindo dinheiro da iniciativa privada para campanha eleitoral, se quisermos moralizar a política neste país.

Estes são alguns eixos do nosso programa de governo, que entendemos que devam começar a ser implantados, se ganharmos as eleições, logo a partir do dia primeiro de janeiro.

Tenho dito que vamos instituir no Brasil um novo contrato social. Na verdade, o que estou dizendo é que talvez eu seja a única possibilidade do Brasil construir um pacto social envolvendo todos os segmentos organizados da sociedade para encontrar uma saída para os setores ainda sem organização, onde estão os que passam fome e aqueles que estão fora da

escola; aqueles que não têm partido e nem sindicatos; aqueles que encontramos perambulando pelas ruas e muitas vezes não damos muita importância. O meu maior desejo é que possamos recuperar a auto-estima de nossa gente, tendo um governo que saiba fazer as políticas corretas internamente e que saiba defender os interesses brasileiros na sua relação exterior; afinal, o Brasil não pode continuar a ser subserviente aos países ricos não tendo coragem para defender até interesses elementares.

Surge, então, a questão da ALCA. Sou favorável a uma política de livre comércio. O Brasil deve ter livre comércio com todo o mundo, que pressupõe igualdade de disputa. Nas regras do boxe, não pode um peso galo lutar com um peso pesado; como não pode, no futebol, um time juvenil jogar com um profissional. Na política também: na hora em que se senta para negociar com outro país, é preciso entender a correlação de forças. E do jeito que os Estados Unidos estão querendo discutir a ALCA, isso não se chama política de integração e sim de anexação, e não queremos ser anexados. Deixo claro que queremos defender a nossa indústria, a nossa agricultura, os nossos rios. Este país é muito grande e tem um potencial extraordinário, não podendo aceitar ser tratado como se fosse uma republiqueta de bananas. Somos uma grande Nação, temos uma base industrial, uma base intelectual, uma grande base sindical, é apenas uma questão de respeito.

O Brasil pode ter vários processos na Organização Mundial do Comércio, mas não o faz com medo de retaliação. Ninguém entra na briga com medo de perder. Temos que entrar na defesa dos nossos interesses. O Brasil tem que parar de ser apenas exportador de matérias-primas ou de produtos primários. Exportamos café em grãos e quem exporta café

solúvel é a Alemanha; produzimos a soja e quem ganha dinheiro é quem transforma em farelo lá fora; exportamos minério de ferro e depois importamos um chip pelo valor de uma tonelada de minério de ferro. Exportamos bauxita e depois compramos alumínio pronto. Este país precisa aprender a colocar valor agregado nos seus produtos e por isso temos que industrializar as nossas empresas.

O Governador Jorge Viana, do Acre, acabou de chegar. Ele é o homem que o crime organizado tentou cassar, tentando impedir sua candidatura. A Senadora Marina Silva, que também está aqui, contou-me uma história com a qual quero terminar minha exposição sobre a questão do valor agregado. Ela me disse que um seringueiro no Acre vende uma árvore de mogno por R\$ 30, 00, que pode significar de seis a oito metros cúbicos de madeira. Com seis, ele vende por R\$30,00, o que significa que saiu por R\$5,00 cada metro cúbico. Quando esta árvore chega no porto de Paranaguá, vale R\$ 800,00. Vai para a Itália. Um metro cúbico dá para fazer seis camas, cada cama custa o equivalente a U\$3.000,00. Significa que os R\$5,00 que o seringueiro pegou no Acre valem R\$18.000,00 na Itália quando a cama está pronta. Nossa inteligência deve estar em exportar a cama feita e colocar valor agregado em nosso produto aqui.

Não tem porque continuarmos a ser tratados de forma primitiva; somos uma nação que não é boa apenas no futebol e no carnaval, conhecida lá fora pela violência contra as crianças: queremos respeito. Estive com a embaixadora americana, que é uma pessoa muito simpática e perguntou para mim o que eu ia fazer para ganhar a confiança do povo americano. Disse para ela que era para dizer para o governo

americano que quero fazer pelo povo brasileiro o mesmo que o governo americano faz para o povo americano. Quero pensar primeiro no povo brasileiro; segundo, no povo brasileiro; terceiro, no povo brasileiro; e, em quarto lugar, vou pensar nos outros.

Muito Obrigado

PALAVRAS AOS REITORES DA ANDIFES*

Todos têm clareza das dificuldades que o próximo governo vai enfrentar, não apenas na questão econômica, mas em todos os níveis, sobretudo na educação e, mais especificamente, na universidade pública. Temos consciência, também, que as coisas não serão resolvidas do dia pra noite. Nós vamos iniciar um verdadeiro processo de reconstrução para chegarmos ao que todos nós temos que buscar incansavelmente durante o mandato de um Presidente da República: um ensino público de qualidade em todos os níveis.

Eu lembro a vocês que, dificilmente, vamos conseguir consertar o Brasil se pensarmos apenas num mandato de quatro anos. Eu tenho defendido tese de que precisamos planejar o Brasil para vinte ou para trinta anos e, a partir daí, começarmos a construir este projeto degrau a degrau, para que as políticas públicas possam ser levadas adiante pelos próximos Presidentes da República. O que não pode é o Brasil se transformar em um cemitério de idéias não executadas e obras paralisadas.

Um princípio fundamental, para nós, é discutir a educação como investimento e não como custo. Nós temos que acreditar que será através da boa qualidade de formação da nossa gente que

o país vai poder dar um salto de qualidade no médio prazo para tirar, de uma vez por todas, o Brasil da condição de um país emergente, para a de um país efetivamente desenvolvido. E eu acho que nós temos que definir as prioridades corretamente, numa mesa como esta, envolvendo todos os segmentos da sociedade, recuperando o papel da universidade brasileira. É através da negociação que nós temos que redefinir o papel de muitos outros setores da sociedade brasileira.

Tenho feito dezenas e centenas de reuniões pelo País afora e o que tenho constatado é que, no Brasil, perdeu-se o hábito do diálogo. Os governantes não têm diálogo com a sociedade. Passam-se quatro anos, passam-se oito anos e os governantes não conseguem sistematizar o que a sociedade está pensando, o que a sociedade está querendo, o que é possível fazer, o que não é possível fazer. Eu participei de um debate — alguns de vocês devem ter assistido — na Rede Globo de televisão, no Bom Dia Brasil, e a Miriam Leitão quis saber se eu não tinha medo do momento em que o Presidente da República tem de tomar decisões sozinho. Eu respondi que decisões sozinho eu tomo quando tenho um problema íntimo meu e da minha mulher. Mas quando é um problema de Estado, não há como ser solitário e tomar decisão sozinho. Quanto mais gente estiver perto de mim para me ajudar a tomar a decisão, menos chances de errar eu terei. Eu quero assumir o compromisso que, se ganhar as eleições, pretendo passar para a História do Brasil como o presidente da República que recuperou o diálogo entre governo e sociedade.

Na véspera do encontro com o Presidente Fernando Henrique Cardoso no dia 19 de agosto de 2002, tomei a decisão de reunir alguns especialistas. Então nós convocamos umas 30 pessoas: presidentes de federações de indústrias, presidente da CUT, dirigentes da Força Sindical que apoiam a minha candidatura,

economistas de várias correntes, representantes do sistema financeiro, da agricultura. Comecei a reunião dizendo: o Presidente da República quer conversar comigo, mas não sei exatamente o que ele quer; por isso, quero ouvir de vocês o que diriam ao Presidente. E nós construímos uma proposta que entregamos por escrito ao presidente Fernando Henrique Cardoso. Uma proposta na qual discutimos o problema do PROEX, o problema das plataformas da Petrobrás, a questão dos aviões da FAB, entre outras. E a partir daí discutimos uma porção de coisas.

O Presidente da República tem que acreditar na sociedade. Não significa transformar o Brasil num assembleísmo, não. É ouvir o que a sociedade tem a dizer através dos seus segmentos organizados.

Acho que ou planejamos o Brasil para daqui a quinze anos, ou vamos continuar a ser eternamente um país do futuro. E eu acredito que investir na educação pública de qualidade, da pré-escola à Universidade é a certeza de que estaremos garantindo um futuro melhor a todos os brasileiros. Muito obrigado.

Muito obrigado.

RESPOSTAS AO BRASIL EM QUESTÃO

Pergunta nº 1: Em sua proposta de governo, afirma-se a necessidade da capacitação tecnológica das empresas nacionais, públicas e privadas. Para tanto, sua política industrial teria, como foco central, o adensamento das cadeias produtivas e o desenvolvimento tecnológico das empresas. Quais medidas efetivas o seu governo pretende tomar para estimular as empresas a ampliarem seus investimentos na pesquisa e no desenvolvimento da ciência e da tecnologia em nosso País?

Luiz Inácio Lula da Silva: A participação da iniciativa privada no desenvolvimento científico e tecnológico do País ainda é muito pequena. O aumento do investimento privado em C&T requer a construção de cultura empresarial que valorize a inovação tecnológica constante de produtos e processos. Isto requer um trabalho cultural, que pode ser incentivado pelo governo.

No entanto, já há experiências incríveis. Em recente visita que fiz à Zona Franca de Manaus, tive oportunidade de conhecer uma dessas iniciativas exemplares de investimento em C&T por parte da iniciativa privada. No caso, a empresa Gradiente, com o Programa Genius.

As políticas públicas de Ciência e Tecnologia setoriais devem exigir contrapartidas dos setores privados em investimentos em pesquisa. Mas, para construir esta cultura, é preciso de ter, efetivamente, uma política nacional de Ciência e Tecnologia, que não pode ser feita no curto prazo. É necessário um planejamento de longo prazo.

As propostas que apresentei para o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia na SBPC são as seguintes:

1. A política de C&T será tratada como um problema de Estado e não só de governo.

2. O Estado terá papel indutor estratégico essencial na política de C&T.
3. Vamos recuperar e aprimorar o Sistema Federal de C&T.
4. Os gastos em C&T não serão tratados apenas como custos correntes, mas como investimento em futuro melhor. Nossa meta, pela alocação de recursos públicos e estímulo ao investimento privado em C&T, é aumentar progressivamente o percentual do PIB para esta área, que é hoje de menos de 1% do PIB, para algo próximo de 2% do PIB no final do nosso mandato, incluindo aí o apoio a alguns segmentos específicos de pós-graduação que definirmos como prioritários.
5. A vocação para a pesquisa da Universidade Pública será fortalecida.
6. A política industrial, a agropecuária e a de serviços serão articuladas às de C&T.
7. Serão implementados processos e mecanismos para a democratização das decisões em C&T em todos os níveis, envolvendo a comunidade científica e tecnológica e representantes da sociedade.
8. Adotaremos política externa de cooperação internacional, respeitando direitos assumidos por todos, mas que atuará com decisão, contrapondo-se às legislações restritivas e lesivas aos interesses nacionais.
9. O ensino de ciências no País será melhorado, e o governo estabelecerá um Programa Nacional de Popularização da Ciência, envolvendo instituições científicas, Universidades, centros e museus de ciência.
10. Será criado um programa emergencial para a recuperação da infra-estrutura de ciência e tecnologia, para evitar maiores perdas no potencial de que o País ainda dispõe.

O nosso programa de C&T estará, portanto, intimamente articulado com nosso projeto de nação e visa a contribuir efetivamente para o desenvolvimento social e econômico do País.

■ **Pergunta nº 2:** Qual será o modelo de ensino superior a ser incentivado em seu governo?

Luiz Inácio Lula da Silva: A educação superior é importante na formação acadêmica e ética de recursos humanos, nas atividades de pesquisa científica e tecnológica e no desenvolvimento cultural, econômico e social da nação. Para construir um país soberano, é essencial investir em seus recursos humanos, em educação, ciência e tecnologia.

A importância do papel da educação superior contrasta com o quadro que se apresenta no País:

- as matrículas são as mais baixas do Continente. Enquanto, em alguns países, a taxa de matrícula é superior a 20% (Argentina, Equador, Costa Rica e Venezuela), noutros fica entre 15% e 20% (Peru, Uruguai e Chile), no Brasil a taxa é de 11% (abaixo da Bolívia, Colômbia e México).
- 2/3 dessas matrículas se dão nas instituições privadas.
- as Universidades Públicas não gozam, de fato, da autonomia constitucional porque seus dirigentes têm de ficar mendigando recursos ao governo.
- o financiamento do MEC para as 52 instituições federais corresponde hoje a apenas 0,6% do PIB, pouco mais da metade que representava em 1989.

Do conjunto de propostas para a educação superior elaboradas por uma equipe de especialistas em educação, coordenada pelo Prof. Newton Lima Neto, ex-Reitor da UFSCar

e Prefeito de São Carlos, e que fazem parte de nosso programa de governo, destaco quatro:

A) a elevação do volume global e *per capita* de recursos públicos aplicados na educação superior, para se poder atingir, com qualidade, a meta de matrícula de 30% dos jovens da faixa etária de 18 a 24 anos, no prazo de dez anos, prevista no PNE (Plano Nacional de Educação). Para isso, é imperioso que as vagas na educação pública sejam ampliadas no mesmo período, para atingir, no mínimo, a participação de 40% do total das vagas oferecidas, conforme estabelecido no PNE.

B) criação de programa social de crédito educativo, voltado à população estudantil mais carente de recursos financeiros matriculada em instituições privadas, que supere os estreitos limites do atual crédito educativo, que não cobre nem 5% das matrículas privadas e não beneficia os mais carentes, isto é, os que não podem comprovar um certo nível de renda, visando a que ninguém seja excluído do acesso ao ensino superior por falta de recursos.

Hoje, de cada 3 jovens que estão fazendo curso superior, 2 estão em Universidades privadas. Enquanto as matrículas nos estabelecimentos privados aumentaram 86% nos últimos 8 anos, no setor público esse índice foi de apenas 28%, em função da falta de apoio do governo federal que impôs às Universidades federais redução orçamentária de 0,9% do PIB (1994) para 0,6% do PIB (2001). Este drástico corte de 1/3 na suas verbas explica a crise pela qual passam as Universidades federais.

A meta é triplicar a oferta de apoio financeiro por meio de: a) ampliação de crédito educativo para 396 mil alunos (meta aprovada pelo CN e vetada por FHC); e b) criação

do Programa Bolsa Universitária, integrante do Programa Nacional de Renda Mínima, para atender a 180 mil estudantes que prestarão serviços a suas comunidades.

C) fortalecimento da vocação para a pesquisa da Universidade Pública

As Universidades Públicas e os institutos de pesquisa serão valorizados, terão programa para a recuperação de sua infra-estrutura e ganharão maior autonomia; mas serão cobradas a responder de forma mais eficaz às demandas da sociedade. O papel dessas instituições será ampliado em um abrangente projeto nacional de desenvolvimento científico, tecnológico e industrial.

D) cotas para segmentos sociais específicos

É preciso romper a lógica vigente segundo a qual aos mais pobres estão reservadas as vagas em escolas públicas despreparadas no ensino básico, e o acesso a Faculdades e Universidades pagas de baixa qualidade. Enquanto isso, os ricos têm maior acesso às escolas privadas de qualidade e às Universidades Públicas brasileiras, reconhecidamente de mais alto nível.

Por isso, defendo um programa para todo o sistema de educação, de forma a melhorar, e muito, a qualidade do ensino básico e médio e, ao mesmo tempo, garantir oportunidades de acesso aos negros nas Faculdades Públicas com cotas.

O PT foi o primeiro partido a criar o sistema de cotas e a garantir de 30% da direção do Partido destinados às mulheres.

Sobre o sistema de avaliação dos cursos, não podemos admitir que o estudante só venha a se dar conta da qualidade de seu curso quando já está prestes a concluí-lo.

Assim, com base no Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), proposto pelo MEC em

1994 e abandonado pelo atual Governo, será implementado, no nosso governo, sistema de avaliação institucional. Ele terá, como objetivo principal, a melhoria da gestão institucional e da qualidade acadêmica das Instituições de Ensino Superior.

O atual Exame Nacional de Cursos (Provão) focado no aluno será revisto para que a avaliação do desempenho dos estudantes passe a ser apenas um dos aspectos considerados na avaliação.

■ **Pergunta nº 3:** Quais serão os programas de proteção social a serem implantados em seu governo? Como torná-los catalisadores de mudanças estruturais na sociedade, superando abordagens meramente compensatórias e/ou assistencialistas?

Luiz Inácio Lula da Silva: Os países desenvolvidos constituíram verdadeira rede de proteção social aos desempregados, aos velhos, às crianças, às gestantes, aos produtores em regiões e/ou setores desfavorecidos, aos trabalhadores formais e informais de modo geral. Alguns deles se tornaram universais nesses países, como os direitos trabalhistas para todos os empregados, o direito à aposentadoria para todos os idosos, etc.

As políticas sociais devem ser vistas como sucessivas camadas de proteção que se combinam de modo a garantir o bem-estar social das famílias e os direitos humanos. Entre esses direitos, está o de ter uma alimentação adequada garantida por uma política nacional de segurança alimentar, os direitos trabalhistas, a previdência social, a educação, a saúde pública, e tantos outros – tudo o que garante dignidade à vida. Só assim nos poderemos libertar de visões que distinguem as políticas sociais das demais políticas socioeconômicas de um país.

Para formar uma verdadeira rede de proteção social, é necessária uma conjugação adequada entre as chamadas políticas estruturais – voltadas à redistribuição da renda, crescimento da produção, geração de empregos e reforma agrária, entre outros – e as intervenções de ordem emergencial, muitas vezes chamadas equivocadamente de políticas compensatórias, visando a eliminar, no menor prazo possível, o sofrimento dos quem têm fome. O combate à fome não deve ser confundido com o ato de “dar comida”, pois os instrumentos que estamos propondo permitem promover o desenvolvimento, gerar emprego e produção e distribuir renda. Dessa forma, o combate à fome, na nossa opinião, deve ser o centro de novo modelo de desenvolvimento econômico, que tenha o social e o combate à miséria como eixo fundamental.

Além das medidas estruturais antes citadas, defendemos: uma política de apoio efetivo para agricultura familiar; o direito à previdência social, independentemente do tempo de contribuição, para todos os trabalhadores familiares, sejam eles da economia rural ou da economia informal urbana, garantindo a universalidade que está prevista na Constituição; a bolsa-escola para que todas as crianças de famílias pobres possam ter formação educacional adequada; a ampliação da merenda escolar, atingindo todas as crianças que frequentam escolas públicas, incluindo creches; e, finalmente, o apoio aos inúmeros programas já criados por governos estaduais, prefeituras e pela sociedade civil organizada que buscam combater a fome com restaurantes populares, bancos de alimentos, modernização dos equipamentos de abastecimento, incentivo à agricultura urbana, apoio ao autoconsumo alimentar e à agricultura familiar.

Como a fome compromete as gerações futuras, deve ser combatida já, e deve-se fazer o possível e o impossível para erradicá-

la no menor espaço de tempo possível. O Brasil tem as duas condições necessárias para reduzir a fome a números mínimos em curto espaço de tempo. Uma é a nossa agricultura, capaz de produzir todos os alimentos necessários e ainda exportar os excedentes. A outra são os recursos necessários para garantir o direito de uma alimentação adequada aos milhões de pessoas que não têm renda. Por isso, podemos dizer que podemos eliminar a fome, assim como podemos acabar com o analfabetismo e com as outras mazelas sociais próprias de falta de políticas públicas adequadas.

Para que estas ações catalisem a sociedade, é fundamental ter em conta a noção do Direito Social, superando a visão de que o benefício social é “um favor” ou uma “dádiva”. As políticas sociais, portanto, devem reforçar o caráter de tornar os beneficiários “atores” do processo de construção, execução e fiscalização dos programas sociais. A atuação das entidades da sociedade civil, que têm desenvolvido excelentes programas de melhoria das condições de vida da população mais carente, também deve ser considerada no desenho institucional das novas políticas. Por fim, é importante mencionar que, hoje, caminha-se para um desenho institucional dos programas sociais em que se exigem contrapartidas dos beneficiários, como a prestação de trabalho comunitário, a frequência escolar dos filhos, a busca de qualificação profissional e a participação de cursos de alfabetização, quando necessário.

■ **Pergunta nº 4:** Para combater os desequilíbrios regionais, destacam-se, em sua proposta de governo, ações prioritárias direcionadas a duas macrorregiões: a Amazônia e o Nordeste. Em que consistiriam tais ações e quais seriam suas fontes de financiamento? E para o Centro-Oeste, há algum programa específico?

Luiz Inácio Lula da Silva: É preciso ter em conta que:

A) Sobre o Nordeste:

- Nos tempos atuais, a renda média do Nordeste ainda é 55% da renda brasileira.
- A região tem quase 30% da população e gera apenas 16% do PIB nacional.
- Sua infra-estrutura econômica requer ainda investimentos de peso para assegurar competitividade às suas empresas. O peso do Nordeste nas exportações brasileiras vem declinando a olhos vistos, em tempos de abertura comercial intensa e rápida: dos 17% nos anos 70, o NE, hoje, representa cerca de 7% do valor das exportações do País.
- A maior parte das áreas e das pessoas do Nordeste continua a precisar de políticas ativas e diferenciadas.

A Sudene foi criada em 1959 com um papel de diminuir as disparidades regionais e integrar as regiões do País. Sua criação, tendo em Celso Furtado seu mentor, e em JK o principal incentivador, foi inovadora e ousada.

Furtado já reconhecia, à época, que o problema do Nordeste não era a seca, como as elites locais queriam fazer a população crer para se conformar com sua pobreza. A causa do problema era a sua estrutura socioeconômica e política; e a inserção subordinada do Nordeste na economia nacional.

Furtado conta que, quando teve oportunidade de expor pela primeira vez o problema a JK em janeiro de 1959, ele disse ao presidente que “O problema do NE não é econômico. Tem muita gente rica no NE. Há muito dinheiro na região e se tira muito dinheiro de lá. O problema é social, com muita gente passando fome e a produção de alimentos é insuficiente. Além disso é preciso pensar em outros problemas vitais, que são o abastecimento de água, a habitação e educação básica. É preciso reconstruir o NE”.

JK olhou para Furtado e disse: “Porque não me disseram isso antes? Perdemos muito tempo. Você tem vinte dias pra botar isso no papel. Vamos fazer um plano de desenvolvimento para o NE.”.

Quero repetir aqui a frase de JK: já perdemos muito tempo. Vamos fazer um plano de desenvolvimento para o NE. Vamos refundar a SUDENE.

Mesmo com a perda de autonomia no período militar, e com a crise financeira do Estado, ela cumpriu, durante mais de 40 anos, grande papel, contribuindo para a diminuição das distâncias sociais e econômicas dentro do país. Seu papel foi fundamental, por exemplo, na implantação dos grandes projetos de irrigação do Rio São Francisco e na aceleração da industrialização da região, especialmente em produtos intermediários. Os Pólos industriais, que hoje são chamados de “ilhas de dinamismo” na região, passaram pelos incentivos da SUDENE: o Pólo Petroquímico de Camaçari, o Pólo Minero-metalúrgico do Maranhão, o Pólo de Fruticultura/Agricultura Irrigada de Petrolina/Juazeiro e o Pólo Têxtil/Confecções de Fortaleza; Complexo Industrial Integrado de Base de Sergipe; Complexo Químico-metalúrgico do Rio Grande do Norte; e Pólo Cloro-químico de Alagoas, além do III Pólo Industrial Diversificado do Nordeste (Ceará).

No entanto, da visão inovadora de Celso Furtado, pouco havia restado da SUDENE. A extinção da SUDENE e sua substituição por uma agência de desenvolvimento – ADENE – há um ano, apenas refletiu a falta de política regional do atual governo.

Mas, a ADENE não teve seu papel definido e acabou tornando-se mais uma agência de desenvolvimento encarregada de examinar projetos isolados com recursos limitados. Para isso já existe o Banco do Nordeste. Além disso, só avaliza projetos a partir de demandas específicas, o que impede o papel do Estado de indutor do desenvolvimento de uma região retardatária.

A quase ausência de uma política regional em escala nacional conduzida pela União, fez imperar uma “guerra fiscal” fratricida entre Estados e Municípios. Nossa política será diferente. Recriaremos a SUDENE, mas resgatando seu papel original como agência de planejamento inserida dentro de uma política de desenvolvimento regional. Precisamos pensar este país a longo e médio prazo, como fez JK. O Conselho Deliberativo da SUDENE será recriado, ampliado e democratizado. A sociedade brasileira precisa de ver, na magnífica heterogeneidade regional do País, uma vantagem, um grande potencial, e não um peso, um problema. E precisa de se dar conta de que, em todas as suas macrorregiões, existem, hoje, sub-regiões dinâmicas e outras em crise ou abandonadas pelas políticas federais.

Para isso, vamos tomar as seguintes medidas no início do nosso Governo:

- a) Criar uma política federal de desenvolvimento regional, de corte nacional, visando a tratar, de forma diferente, as diferentes regiões do País, com diretrizes, objetivos e metas claros.
- b) Romper com a concepção tradicional que tende a ver o regional como problema a ser enfrentado “ao lado” das demais políticas. O corte regional fará parte de todas as políticas do Governo.

E funcionará no Recife, para sentir o pulsar das demandas regionais, substituindo esse simulacro de Conselho levado para Brasília segundo a Medida Provisória proposta por FHC.

B) Política para a Amazônia

A nova inserção da Amazônia no desenvolvimento nacional requer um redesenho institucional visando a superar dispersão, desconexão e conflito entre as diferentes políticas e projetos em

execução na região. Dentro do programa de governo específico para Amazônia, destaco os seguintes pontos:

- a) estabelecer mecanismos fiscais e tributários que realizem a equivalência, no Mercado, para os preços dos bens de origem sustentável, que ainda não incorporam o valor dos serviços ambientais que regiões como a Amazônia oferecem para toda a sociedade;
- b) apoiar diversificação, modernização e comercialização dos produtos extrativistas, dos sistemas agroflorestais e opções para o uso múltiplo da floresta, criando novas reservas extrativistas, juntamente com as comunidades e as entidades representativas;
- c) redirecionar as linhas de financiamento das agências, incorporando critérios de sustentabilidade e valorizando a produção familiar;
- d) desenvolver incentivos especiais para atividades de ecoturismo, turismo rural e turismo científico. A Amazônia reserva um potencial inestimável para o setor Atividades, que permite amplo encadeamento produtivo e social.

C) Cerrado e Pantanal

O Cerrado é o segundo maior ecossistema brasileiro e ocupa em torno de 25% do território nacional. Estudos indicam que apenas 1/3 da área está ainda com sua vegetação original, sendo a expansão agropecuária um dos maiores responsáveis por isso. É fundamental ampliar os investimentos em pesquisa e na implementação de políticas públicas que visem ao uso sustentável do Cerrado e também aproveitem economicamente os produtos deste ecossistema.

O Pantanal é um ecossistema ameaçado na Região Centro-Oeste. O assoreamento dos rios, a abertura das rodovias e do

gasoduto Brasil–Bolívia são alguns dos fatores que aumentam os riscos a este ecossistema. Ao lado de uma política de preservação e recuperação dos rios e do controle da atividade pecuária nas áreas inundadas, é importante reforçar a visão de que a floresta, as águas e a atividade agropecuária devem ser articuladas, uma vez que estas atividades dependem da existência das anteriores. Portanto, a preservação dos recursos naturais (flora, fauna e água) estará sempre articulada com as políticas agrícolas e industriais, o incentivo ao turismo e outras atividades que garantam o desenvolvimento sustentável das populações locais.

Sobre as fontes de financiamento, é necessário tomar medidas de imediato para democratizar os Fundos Regionais já existentes, como o FNE, no caso do Nordeste, descentralizando sua gestão em Comitês Regionais (recuperando a idéia força do Conselho Deliberativo criado pela SUDENE nos anos JK), braços descentralizados do Conselho Nacional de Políticas Regionais. Só assim iremos garantir que os recursos se destinem prioritariamente a microempresas e pequenas empresas e aos agricultores familiares;

Esses fundos constitucionais, alocaram cerca de R\$ 4,3 bilhões na Amazônia nos últimos anos. Como resultado, o BASA é responsável, hoje, por 72% do financiamento ao desenvolvimento da região e dos incentivos fiscais por meio do FINAM (Fundo de Desenvolvimento da Amazônia que, junto com o FINOR e o FUNRES, tornaram-se os principais incentivos fiscais financeiros regionais do País). O FCO disponibilizou, até o ano 2000, por meio do Banco do Brasil, R\$ 3,8 bilhões, o que equivale a 5,5% do PIB da região em 1998, destinados a 152,1 mil operações de crédito efetuadas por produtores rurais, empresas do setor agropecuário, indústria e de serviços.

Pergunta nº 5: Em seu programa de governo, estão relacionadas algumas estratégias para a melhoria da qualidade ambiental no Brasil: (1) a adoção de critérios socioambientais de sustentabilidade para as políticas públicas; (2) o estabelecimento de metas de melhoria dos indicadores socioambientais; e (3) o controle social por meio da participação popular, da educação e da informação ambientais. O senhor poderia explicar mais detalhadamente essas estratégias, explicitando as medidas práticas e os arranjos institucionais necessários para implementá-las?

Luiz Inácio Lula da Silva: O principal compromisso do meu governo na busca de um desenvolvimento ecologicamente sustentável, socialmente justo e economicamente viável para o Brasil será trabalhar incansavelmente pela melhoria da qualidade de vida e por um ambiente saudável para todos. É o mesmo compromisso manifesto na Agenda 21, que ainda não foi devidamente implementada no Brasil.

Deveremos internalizar, no Estado brasileiro, a idéia-força de sustentabilidade ambiental, que funcionará como um dos eixos estruturantes das políticas públicas. Não se trata apenas da conservação dos recursos naturais, mas, sobretudo, das formas sociais de apropriação e uso desses recursos. Por isso, o nosso governo estimulará a realização de uma Conferência Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento, de modo a estimular o livre debate sobre as estratégias da sustentabilidade ambiental.

O Brasil possui uma legislação socioambiental considerada avançada, com destaque para o capítulo de meio ambiente na Constituição Federal de 1988 e todo o arranjo legal que instituiu a política nacional de meio ambiente. Nosso governo, procurando impulsionar modelo de desenvolvimento sustentável, trabalhará

para que os órgãos de meio ambiente sejam capazes de combinar de modo mais equilibrado as funções regulatórias com as tarefas de gestão e planejamento, estabelecendo canais de comunicação inter-setoriais, facilitando a incorporação da variável ambiental nas estratégias e ações governamentais.

Nas negociações internacionais, o governo Lula estará sempre contabilizando o ativo ambiental do País ante o passivo dos países ricos, que se desenvolveram com base na exploração acelerada e na devastação de seus territórios. Agora, esses países estão consumindo intensivamente os recursos naturais dos países pobres do mundo. Não é de estranhar, portanto, que os países ricos sejam os que mais contribuem para o chamado efeito estufa da atmosfera, principalmente por causa da liberação crescente de CO₂. No âmbito do Mercosul e do Tratado de Cooperação Amazônica, o Brasil deve exercitar a solidariedade, evitando reproduzir na América Latina as tradicionais relações autoritárias que marcaram o Continente.

Diretriz da política urbana deve ser a incorporação da perspectiva ambiental na concepção, na definição, na implementação e na avaliação das políticas públicas setoriais urbanas voltadas ao planejamento urbano, buscando contemplar soluções para, por exemplo: ocupação irregular do solo (especialmente áreas de risco e preservação), má qualidade do ar e saneamento ambiental deficitário.

Na área rural, também os problemas são sérios: contaminação humana, do solo e recursos hídricos por agrotóxicos e ausência de saneamento ambiental estão entre eles.

Em relação a outras instâncias do governo, caberá maior aproximação com o Sistema Nacional de Recursos Hídricos, especialmente os Comitês de Bacias, com o Sistema Nacional de Resíduos Sólidos (ainda em discussão) e outros.

Metas

- O Ministério do Meio Ambiente deve recompor a centralidade das políticas ambientais para o conjunto do Sistema, assumindo o seu papel de coordenação estratégica, dialogando permanentemente com os demais ministérios. No âmbito do SISNAMA, o Ministério estimulará a coordenação do sistema público e descentralizado, como previsto na legislação brasileira. Isso quer dizer, trabalhar para:
 - a) definir com clareza as competências mutuamente exclusivas do IBAMA e dos órgãos ambientais estaduais;
 - b) apoiar a capacitação dos municípios para a gestão ambiental local;
 - c) criar espaços de articulação de forma que o SISNAMA tenha capacidade de implementar estratégias verdadeiramente nacionais.
- Elaboração de Projeto de Lei Complementar fixando normas para a cooperação entre União, estados, municípios e o DF, de forma que os entes federativos identifiquem e cumpram suas vocações específicas para a proteção ambiental de forma integrada;
- O IBAMA será fortalecido. Para tanto, as mudanças que se podem prever para o IBAMA estarão mais centradas na reformulação de sua estrutura e na redefinição de suas atribuições, adequando de maneira mais apropriada a sua função de executor das decisões do CONAMA e das diretrizes e dos planos de Governo, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente.

Controle social

- O CONAMA tem-se caracterizado como um dos mais ativos conselhos na esfera governamental. A razão principal disso é a representatividade de sua composição, uma conquista dos diversos setores que o compõem, em especial os movimentos ambientalistas e as entidades representativas de estados e municípios. O CONAMA será fortalecido de modo a consolidar seu papel no âmbito do sistema nacional como um todo. Ainda no âmbito do sistema, deverá ser reestruturado o FNMA, ampliando suas fontes e áreas de atuação, sem descaracterizá-lo como principal agente financiador de projetos na área ambiental.
- Estabelecimento de uma política industrial que articule mudanças no sistema produtivo, estimulando a incorporação de novas tecnologias ambientais (que já estão sendo desenvolvidas), por meio de fóruns de diálogo com os diversos setores e envolvimento da comunidade científica, os institutos de estudos tecnológicos e as organizações do mundo do trabalho, buscando alterar o sistema linear – produz, consome e despeja – para o circular ou à formulação de projetos de lei que levem o setor produtivo a se responsabilizar pelo conjunto do ciclo de vida de seus produtos, desde a reutilização e a reciclagem até o descarte apropriado.
- Integrar a política ambiental com as delegacias regionais de trabalho na implantação de programa que priorize melhores condições ambientais nos locais de trabalho, com participação dos trabalhadores e sindicatos é outra medida prática urgente, que deve ser tomada.

Protocolo de Araguari

O que prevê:

Prevê a possibilidade de criação de grupos contíguos de reservas legais em imóvel separado das propriedades onde estão os cultivos. “A compra da reserva fora do imóvel agrícola só é permitida aos produtores que já tiveram toda área ocupada com cultivo”, diz. Aqueles que têm mata dentro da propriedade são obrigados a mantê-la.

As leis sugerem que se faça a reserva ao lado da do vizinho ou junto a áreas de preservação permanente, como matas ciliares, nascentes, fronteiras de mananciais e topos de morros. Nas propriedades onde for grande a parcela de “preservação permanente”, a reserva legal pode ser aí incluída. O Código Florestal admite que, nas propriedades de 20 a 50 hectares, podem ser contados como reserva legal os maciços arbóreos, sejam frutíferos, ornamentais e industriais. Os produtores têm prazo para usufruir da produção, depois têm de parar com os tratamentos culturais e deixar a mata se formar.

Lei da Natureza (*Globo Rural*, janeiro de 1988, por Gislane Silva)

“É necessário que o proprietário apresente um projeto da nova área a ser preservada, juntando toda a documentação da propriedade original e da outra na qual será instituída a reserva. Esse projeto é desenvolvido por um agrônomo e assinado por um advogado. Com isso em mãos, o proprietário apresenta o pedido ao órgão competente, assina um termo de responsabilidade, comprometendo-se a cumprir todas as fases do projeto. Essa é a melhor alternativa para quem não tem a área de reserva de mata nativa disponível em sua propriedade.”

(*Estado de S.Paulo*, quarta-feira, 20 de janeiro de 1999 – matéria “Lei impõe área de mata nativa na fazenda”, de Augusto Ribeiro Garcia)

■ **Pergunta nº 6:** Para a política externa, sua proposta de governo destaca a necessidade de revigorar o Mercosul, construindo instituições políticas e jurídicas e uma política externa comum entre os países membros. Considerando a conjuntura de fragilidade econômica desses países, quais seriam as medidas a serem tomadas para a construção de tais instituições?

Luiz Inácio Lula da Silva:

- Uma nova política externa deverá igualmente contribuir para reduzir tensões internacionais e buscar um mundo com mais equilíbrio econômico, social e político, com respeito às diferenças culturais, étnicas e religiosas.
- Um projeto de desenvolvimento nacional terá forte impacto mundial, sobretudo em nosso Continente.
- Proposta do Brasil: Pacto regional de integração, especialmente na América do Sul e em todos os países da América Latina.
- Mercosul: transformá-lo em zona de convergência de políticas industriais, agrícolas, comerciais, científicas e tecnológicas, educacionais e culturais.
- Construção de instituições políticas e jurídicas e desenvolvimento de política externa comum.
- No Mercosul, os interesses nacionais do Brasil, assim como de seus vizinhos, podem convergir no âmbito regional.
- Fortalecimento ante a ALCA. O governo brasileiro não poderá assinar o acordo da ALCA se persistirem as medidas protecionistas extra-alfandegárias, impostas há muitos anos pelos Estados Unidos.

- O protecionismo foi agravado recentemente pelas condições definidas no Senado norte-americano para a assinatura do tratado e pela proteção à agricultura dos Estados Unidos.
- Processos de integração regional exigem mecanismos de compensação que permitam às economias menos estruturadas poderem tirar proveito do livre comércio e, não, sucumbir com sua adoção.
- As negociações da ALCA não serão conduzidas em um clima de debate ideológico, mas levarão em conta essencialmente o interesse nacional do Brasil.
- Nosso governo esforçar-se-á para construir relacionamento sadio e equilibrado com os Estados Unidos, país com o qual mantemos importante relação comercial.
- O Brasil buscará estabelecer relações econômicas, políticas e culturais com os países que integram o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), a União Européia e o bloco asiático em torno do Japão; permitirá contornar constrangimentos internacionais, diminuir a vulnerabilidade externa e criar condições mais favoráveis para a inserção ativa do País no mundo.
- Ao mesmo tempo, nosso governo conduzirá a aproximação com países de importância regional, como África do Sul, Índia, China e Rússia. Trata-se de construir sólidas relações bilaterais e articular esforços a fim de democratizar as relações internacionais e os organismos multilaterais como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Banco Mundial. O Brasil, como segundo país com maior população negra no mundo,

deverá voltar-se para a África, explorando os laços étnicos e culturais existentes e construindo relações econômicas e comerciais.

- Com a África do Sul, em particular, buscará aproximação para construir nova política em direção àquele Continente, sobretudo no que se relaciona aos países de língua portuguesa.

■ **Pergunta nº 7:** Sua proposta de governo destaca a necessidade de novo pacto federativo que “(...) promoverá não só a independência entre os três poderes da República como também uma relação mais equilibrada e respeitosa entre União, estados e municípios”. Quais seriam os princípios desse novo pacto federativo?

Luiz Inácio Lula da Silva: No plano do Poder Executivo, o pacto federativo, deverá buscar as seguintes distribuições de responsabilidades:

- a) **Governo Federal:** Responsável pela definição da grande estratégia de desenvolvimento nacional, definida mediante pacto entre o governo federal, estados, municípios, conselhos de desenvolvimento federais, estaduais e municipais, organizações não-governamentais, empresários, representações sindicais e sociais, representações parlamentares e jurídicas. Também é responsável pela provisão dos recursos para os macroprogramas e programas estratégicos a serem implementados.
- b) **Governos Estaduais:** Responsáveis pela implantação de infra-estrutura dos sistemas de produção, arazenamento, transporte e comercialização destinados ao funcionamento dos programas. Deverá implantar o Sistema Estadual de

Monitoramento para o acompanhamento das ações no estado, bem como promover avaliações de gestão global do estado por resultados obtidos, para alimentação do Sistema Nacional de Informações e Monitoramento;

- c) **Governos Municipais:** Responsáveis pela gestão dos sistemas e dos programas no âmbito de seus municípios, necessários ao desenvolvimento das ações constantes da Grande Estratégia de Desenvolvimento Nacional, assim como por estabelecer o Sistema Municipal de Informações e Monitoramento para o acompanhamento das ações no município e promover avaliações de gestão global do estado por resultados obtidos, para alimentação do Sistema Nacional de Informações e Monitoramento.

No plano dos Três Poderes, o pacto federativo, deverá buscar:

- a) Estabelecimento de mesas de conversações por meio do fortalecimento dos Conselhos Nacionais, objetivando as discussões de grandes problemas nacionais e os caminhos propostos, de forma a abrir espaços de construção coletiva e negociada de propostas de ações em consonância com a Grande Estratégia de Desenvolvimento Nacional.
- b) Estabelecimento de mesas de conversações por meio do fortalecimento das relações com os líderes do Congresso Nacional, do poder judiciário, da sociedade civil organizada, do terceiro setor, das organizações sindicais e movimentos sociais, em câmaras setoriais para discussão dos temas específicos que conformam a Grande Estratégia de Desenvolvimento Nacional.

No plano das relações internacionais, o pacto federativo, deverá buscar:

- a) A dinamização das ações diplomáticas junto aos países latino-americanos, bem como a sua participação de forma

mais efetiva, buscando opções de intercâmbios mercadológicos, técnico-científicos, culturais, educacionais, entre outros, estabelecendo critérios monetários mais equânimes entre a realidade de cada País, o que não implicaria a obrigatoriedade do Dólar nas relações de Mercado, mas de correspondência entre produtos, por exemplo. A ação do Brasil junto ao Parlamento Latino-Americano – PARLATINO deverá demonstrar-se de forma proativa, assumindo a postura de maior país do continente latino, no sentido de buscar o fortalecimento e a união amplos dos países irmãos.

- b) O estreitamento das relações no MERCOSUL, buscando a ampliação de acordos bilaterais e multilaterais entre os Países membros, procurando estabelecer critérios mais realísticos entre as economias, especialmente sob os aspectos de equilíbrio cambial, procurando a correlação entre produtos importados e exportados nos países, especialmente àqueles produtos que os países do MERCOSUL importam de outros países ou de outros blocos econômicos, implicando fuga de capitais entre os parceiros. A idéia é buscar o fortalecimento interno do bloco com vistas na substituição de importações dos produtos externos aos produzidos no Bloco.

Ou seja, o princípio deste grande pacto federativo está centrado na defesa da soberania nacional e no desenvolvimento do País com vistas na distribuição desse desenvolvimento a todo o povo brasileiro, assim como na discussão desta mesma visão a todos os países latino-americanos, os quais devem estar unidos em torno de um mesmo ideal: a soberania nacional, o desenvolvimento do País e de seu Povo.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES DE C&T*

■ **Pergunta nº 1:** Inovação tecnológica e competitividade das empresas brasileiras

Luiz Inácio Lula da Silva: A ciência e a tecnologia são a base do desenvolvimento social e econômico, e o Brasil precisa tomar medidas urgentes para superar o atraso que acumulamos nessa área. Isso é essencial para podermos retomar a produção agrícola e industrial, aumentar o emprego e combater a miséria, prioridades fundamentais de nosso programa de governo. Então, é evidente que vamos estimular ao máximo a pesquisa científica e tecnológica. Nesses últimos anos, estudamos a melhor forma de fazer isso em debates e discussões com pesquisadores, intelectuais, políticos, empresários, participantes de organizações não-governamentais e de movimentos sociais. A partir daí, concluímos que temos uma boa base científica, mas ela ainda precisa de dobrar de tamanho, para o tamanho da nossa economia. Ainda mais importante: falta trazer esse conhecimento para dentro das empresas, para que ele possa-se transformar em inovações tecnológicas.

Em julho de 2002, encontramos-nos com a direção da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em Goiânia, quando apresentei o nosso programa de governo para Ciência e Tecnologia. Nesse documento, deixo clara a minha tristeza em ver o País se inserir de forma subordinada no contexto internacional, ocupando hoje um papel secundário e dependente.

* As propostas para C&T aqui apresentadas foram editadas do conjunto de entrevistas feitas pela ABIPTI – Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica, primeiramente publicadas no Informativo *Gestão C&T – Informação e Comunicação para os Sistemas Estaduais de C&T*, Centro ABIPTI de Informação Tecnológica, ano 2, número 23, ago. 2002, p. 3 a 7.

Não podemos aceitar essa idéia de que a criação científica deve ocorrer apenas nos países desenvolvidos, pois isso nos levaria a abdicar do nosso projeto de fazer deste País uma nação soberana e respeitada. Trata-se de uma questão de soberania nacional.

■ **Pergunta nº 2:** Meta de aplicação de recursos (públicos e privados) em P&D, como proporção do PIB: áreas a serem priorizadas

Luiz Inácio Lula da Silva: Hoje, o Brasil dedica menos de 1% do PIB à Ciência e à Tecnologia, enquanto os outros países aplicam o dobro ou o triplo dessa porcentagem. A integração entre inovação tecnológica e o processo de produção é quase inexistente. Assim, fica muito difícil você competir no Mercado internacional, no qual os produtos de maior valor são os que incorporam tecnologias de última geração. Portanto, achamos que é fundamental e urgente valorizar os chamados centros de excelência em pesquisa, que têm especialistas da mais alta competência e muito competitivos internacionalmente. Mas é preciso também articular a política de Ciência e Tecnologia com a questão educacional, porque está provado que investir só na parte técnica não dá bom resultado.

■ **Pergunta nº 3:** Regionalização das ações de C&T: iniciativas para reduzir as desigualdades regionais a partir de investimentos em C&T e Inovação

Luiz Inácio Lula da Silva: Nossas propostas para o setor de C&T prevêem apoiar experiências locais e regionais que já vêm sendo implementadas e demonstraram significativa importância. Dentro dessa perspectiva, consideramos fundamental recuperar e

consolidar, estrutural e politicamente, o Sistema Federal de Ciência e Tecnologia em consonância com os estados e definir um programa nacional de inovação articulado com os contextos locais. O papel desse Sistema será o de estimular os programas já existentes, mas que não têm recebido o devido apoio, e coordenar novas ações para fortalecer a Ciência e Tecnologia.

Pretendemos, ainda, buscar a participação da comunidade científica e tecnológica, de entidades representativas, administrações locais e organizações da sociedade civil e de comunidades nas discussões e na construção de uma política científica e tecnológica.

■ **Pergunta nº 4:** Manutenção de instrumentos de financiamento à pesquisa e à inovação, como, por exemplo, os Fundos Setoriais

Luiz Inácio Lula da Silva: Os Fundos Setoriais são financiados pela iniciativa privada. Os recursos vêm das taxas que a iniciativa privada repassa ao Estado pelo direito de explorar serviços do setor elétrico, de telecomunicações, petróleo, entre outros, ou seja, os recursos dos Fundos Setoriais que financiam os investimentos em Ciência e Tecnologia não disputam com outros recursos orçamentários e, por isso, são bem vindos. Em nosso governo, estudaremos também outras formas, baseadas em mecanismos desse tipo, de aumentar os recursos para o setor.

■ **Pergunta nº 5:** O projeto de Lei da Inovação estabelece medidas de incentivo à pesquisa e à inovação e cria mecanismos de gestão aplicáveis às instituições científicas e tecnológicas na sua relação com as empresas. Quais outros mecanismos poderiam

ser propostos no sentido de promover a inovação como estratégia de aumento da competitividade do setor produtivo brasileiro?

Luiz Inácio Lula da Silva: Há uma necessidade evidente de se ter uma política industrial, de desenvolvimento, articulada com a de C&T. Mas esse setor não se restringe à questão da produção e da produtividade econômicas, como querem os neoliberais. É importante uma articulação da política de C&T com a questão educacional mais ampla, em todos os níveis, já que cultura, ciência e educação caminham juntas. No Brasil, os cientistas introduzem inovações, mas não patenteiam essa tecnologia, nem transmitem esse conhecimento para as empresas. Realmente falta uma política de C&T mais moderna, desenvolvida.

Centros de excelência como o ITA e o INPE também têm de ser valorizados. São institutos que possuem técnicos da mais alta competência e que são muito competitivos no Mercado internacional. Acho que devemos dar suporte a esses institutos, porque, hoje em dia, a capacidade humana e a qualificação tecnológica são as maiores riquezas que um país pode ter. Sem esses técnicos nós não podemos nem absorver as inovações tecnológicas nem adaptá-las às nossas necessidades específicas.

■ **Pergunta nº 6:** Papel do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), órgão de assessoramento do MCT criado em setembro de 2001 como um dos resultados da Conferência Nacional de CT&I

Luiz Inácio Lula da Silva: A idéia desse órgão é inovadora e esse é um assunto que precisamos de estudar melhor.

os candidatos Ciro Gomes, Anthony Garotinho e Luiz Inácio Lula da Silva. Além destes, os candidatos José Serra, José Maria de Almeida e Rui Costa Pimenta responderam a questões sobre temas que emergiram quando da realização da primeira etapa do Fórum. O resultado dessa reflexão com os candidatos bem como a contribuição de algumas das mais representativas entidades da Educação, da Ciência e da Tecnologia em nosso País são apresentados neste segundo volume.

A publicação dos dois volumes de *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial* não pretende, certamente, esgotar o debate. No entanto, como lembra o reitor da Universidade de Brasília, UnB, Lauro Morhy, o objetivo maior do Fórum *Brasil em Questão*, de fomentar positiva contribuição à troca de idéias sobre os grandes desafios de nosso País, foi alcançado, ao tempo em que a UnB cumpriu, mais uma vez, o compromisso assumido com toda a sociedade brasileira, abastecendo a indispensável e necessária transparência do debate político.

**Ciro Gomes • Anthony Garotinho • Luiz Inácio
Lula da Silva • José Serra • José Maria de
Almeida • Rui Costa Pimenta • ANDIFES -
Associação Nacional dos Dirigentes das
Instituições Federais de Ensino Superior • **ABMES**
- Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino
Superior • **ABED** - Associação Brasileira de
Educação a Distância • **ABRUEM** - Associação
Brasileira dos Reitores das Universidades
Estaduais e Municipais • Carta de São Paulo -
4º Congresso Nacional de Educação - CONED**



9 788523 007058